

A intersecção de vozes: a polifonia em capas do caderno Polícia do Diário do Pará (2013)

*Tarcízio Macedo*¹

*Sérgio do Espírito Santo Ferreira Júnior*²

Resumo

O presente estudo apresenta uma análise, de acordo com os conceitos da Análise do Discurso de Dominique Maingueneau (2008), da capa de duas edições do caderno Polícia, editoria de notícias “policiais” do jornal Diário do Pará, cujas publicações são do dia 4 do mês de julho e de agosto de 2013. O objetivo deste trabalho é mostrar, por meio de um estudo de caso, como a polifonia, ou a presença de várias “vozes” no discurso, constitui-se e manifesta-se no corpus a ser analisado. Com o objetivo de estabelecer uma melhor compreensão da análise, aplicamos apenas alguns conceitos distinguindo, assim, as vozes presentes, as modalizações realizadas e os recursos de introdução dos discursos, bem como a captação de discursos, expressos no discurso jornalístico das capas selecionadas.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Enunciado; Polifonia; Violência; Caderno Polícia.

¹ Aluno do 7º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (Facom/UFGPA). Membro dos Grupos de Pesquisa Midiática na Amazônia e Interações e Tecnologias na Amazônia (CNPq). Colaborador do projeto de pesquisa “Os Espetáculos Culturais na Amazônia”. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto de pesquisa “As Redes Virtuais dos Programas de Pós-Graduação e suas Conexões ciberespaciais como estratégia de sustentabilidade epistêmica”. E-mail: tarcizio.macedo@bol.com.br

² Aluno do 7º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Pará (UFGPA). Bolsista da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadusp) no projeto de extensão “Academia Amazônia: divulgação, jornalismo científico e linguagem audiovisual na Amazônia”. Colaborador do projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense”. E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

Introdução

A Análise do Discurso (AD) é um método que tem contribuído em muito com os escopos de estudos na área da Comunicação, sobretudo no jornalismo. Mais do que um método, ela permite lançar um novo olhar sobre a produção midiática da contemporaneidade. Por meio dela, é possível compreender processos que estão tão imbricados a essa produção, que por vezes são tidos como expressos explicitamente.

Sobre a finalidade da AD, que se traduz nas suas largas utilidades e aplicabilidades, Pinto (2002, p. 27) afirma que “a análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra”. Ou seja, ela trata de elucidar as operações em diversas instâncias, que mobilizam uma variedade de competências tanto pelo agente enunciador quanto pelos agentes receptores, em relação as razões e dispositivos envolvidos nos discursos.

O jornalismo realiza representações da realidade social, os jornais constroem representações de si ou de seus públicos por meio das posições sociais. Contemporaneamente identificadas, essas representações possuem características difusas, variáveis, que tornam também diversas as maneiras de apreender aquela realidade de que tratam. Assim, infere-se que “a maior parte dos textos que o jornal nosso de cada dia nos dá hoje são narrativas. [...] Os jornalistas não produzem somente artigos, reportagens ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão ou internet, eles narram histórias” (PINTO, 2002, p. 87).

Contudo, ao lado dessas representações, há uma instância discursiva. De modo que o jornalismo possui um discurso próprio, que está inscrito nos mais diversos gêneros discursivos, que no processo de enunciação jornalística, colaboram com as estratégias das instâncias enunciantes. A partir desses pressupostos, também se leva em consideração que, dentro da Análise do Discurso, os discursos são heterogêneos, ou seja, possuem diversas fontes de enunciação. Conforme Pinto, “[...] não só não somos responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos, como também nem sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem” (2002, p 30).

A compreensão e sistematização da análise dos meios pelos quais o jornalismo, sobretudo o impresso, constrói e emite os discursos em sociedade, integrando agentes e vozes junto à sua. Eis a relevância da aplicação dos postulados teóricos da Análise do Discurso no presente trabalho, que procura, por meio de um estudo de caso, mostrar como

a polifonia, ou a presença de várias “vozes” no discurso, segundo os postulados teóricos da Análise do Discurso francesa de Dominique Maingueneau (2008), constitui-se no *corpora*³ a ser analisado, composto das manchetes principais de duas capas do caderno Polícia, editoria de notícias “policiais” do jornal Diário do Pará, cujas publicações são do dia 4 do mês de julho e de agosto de 2013, distinguindo as vozes presentes, as modalizações realizadas e os recursos de introdução dos discursos, bem como a captação de discursos, expressos no discurso jornalístico das capas selecionadas. A limitação do *corpus* do presente trabalho foi realizada para que se possa uma visualizar uma melhor compreensão da análise.

O veículo, o discurso da violência e as interferências políticas

Fundado em agosto de 1982 pelo jornalista Laércio Barbalho, o jornal Diário do Pará nasceu para ser mais um instrumento de combate à repressão, que na época procurava controlar os meios de comunicação. Como na época o filho de Laércio, Jader Fontenelle Barbalho⁴, era candidato ao Governo do Estado e não tinha apoio dos jornais governistas A Província do Pará e O Liberal, a família decidiu fundar um jornal.

Nesse mesmo ano, Jader Barbalho foi eleito governador do estado do Pará pelo então Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na década seguinte, 1990, quando Jader exerceu o cargo de senador pelo estado do Pará (1994-2001), o grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA) da família Barbalho obteve um momento de ascensão (ARAÚJO, ALVES e COSTA, 2014, p. 2-3).

O Diário do Pará é pioneiro. Foi o primeiro jornal paraense a usar policromia, primeiro a se informatizar e o primeiro a transmitir os dados da redação direto para o parque gráfico. Além disso, em agosto de 2003 foi lançado o site do jornal, o portal Diário Online⁵, que recebe uma média de 7 mil acessos por dia e por meio do qual se passou a disponibilizar gratuitamente o acesso à edição eletrônica do periódico⁶.

As mudanças feitas no Diário do Pará tiveram objetivo bem definido: conquistar a liderança do mercado editorial do Estado e da região Norte. Para isso, foram implantadas técnicas de edição com mecanismos de controle de qualidade, surgindo o padrão Diário do

³ Adotamos aqui uma equivalência entre a ideia de *corpora* e *corpus*, mas é preciso estar atento para autores que utilizam a palavra *corpus* para determinar o universo da pesquisa.

⁴ Atualmente, senador pelo estado do Pará pelo PMDB.

⁵ Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/>.

⁶ Disponível em: <http://digital.diariodopara.com.br/pc>.

Pará de reportagem, voltado a prestação de serviços, qualidade de textos e edição⁷. Hoje, o Diário do Pará cobre mais de 80% do Estado, de domingo a domingo.

Apesar das diversas editorias que o jornal contém, uma é o grande destaque: o caderno polícia. Fundado em 2003 como um meio de aumentar as vendas do periódico, principalmente direcionado para o público das regiões periféricas, o caderno Diário Polícia⁸ apresenta uma prática muito comum de jornalismo de abordagem da violência urbana na Região Metropolitana de Belém (RMB) e no estado do Pará. Nesse gênero, em formato de tabloide, são comuns e frequentes imagens chocantes, títulos ambíguos e textos em uma linguagem popular, o jornalismo popular escancara a violência na busca de atrair leitores (DIAS, 2003, p. 97-101). Segundo Batalha (2006, p. 95), “no ‘Diário do Pará’ esse meio de atrair o leitor é feito de forma bem clara, dada inclusive, a obrigatoriedade de ter todos os dias uma chamada na primeira página para o caderno polícia”.

Assim, utilizando a representação da violência como uma das principais ferramentas para atrair leitores, o Diário do Pará se tornou um dos maiores jornais do Brasil, ganhando diversas premiações internacionais, como o *Internacional Newsmedia Marketing Association* (INMA). Isto também implica, porém, perceber o contexto e a posição social em que se instaura o periódico e o discurso por ele criado, refletindo diretamente na importância estratégica do caderno Polícia em perpetuar a ideia do Pará enquanto sinônimo de violência, prevalecendo as relações político-ideológicas antagônicas entre o jornal Diário do Pará em relação ao atual partido que governa o estado do Pará, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representado pelo governador Simão Jatene, atualmente em seu segundo mandato consecutivo.

Logo, cabe pontuar que nos últimos dois anos da gestão do atual governado, adversário do PMDB, o periódico declarou “guerra” à administração estadual comandada por Simão Jatene, nesse sentido, muitas matérias veiculadas no jornal reforçam a ideia de que o interesse político sobrepõe-se em muitos aspectos ao interesse público, fato este igualmente percebido por Araujo, Alves e Costa (2014). Isto porque, no estado do Pará, a indústria midiática não apenas se associa com as elites políticas e econômicas em favor de

⁷ Veloso (2008) afirma que os jornais são mantidos por oligarquias políticas e empresariais e que, apesar de se sofisticarem na forma, continuam conversadores em sua essência, em seu conteúdo, predominando a visão hegemônica que banalizam e torna superficial os acontecimentos, tornando-os um “pensamento único”, em oposição ao mundo plural e complexo da atualidade.

⁸ Mais tarde passaria a se chamar unicamente de Polícia.

projetos hegemônicos, como também, muitas vezes, é a própria natureza dessa elite, estando subordinada e dependente das empresas (VELOSO, 2008).

Conceitos em Análise do Discurso (AD)

A Análise do Discurso (AD) é uma proposta metodológica empírica dos objetos de pesquisa a partir de uma abordagem da linguagem. Embora amplamente reconhecida, a AD possui diversas variações e vertentes⁹, composta por diferentes perspectivas analíticas que, muitas vezes, não possuem somente uma definição consonante. Para Benetti e Lago (2008, p. 107), a AD de vertente francesa é altamente produtiva para dois tipos de pesquisa científica em jornalismo: a primeira, que se proponha a realizar um mapeamento das vozes do discurso, e a segunda para os que buscam a identificação dos sentidos. Obviamente, esta pesquisa concentra-se no primeiro tipo de estudo em jornalismo.

No mapeamento das vozes, a AD permite ao pesquisador identificar o caráter polifônico ou monofônico e refletir sobre os “lugares de fala” ou “posições do sujeito” ocupadas por indivíduos distintos (BENETTI e LAGO, 2008, p. 116) em determinados campos. Nesse sentido, é importante saber que na análise dos sentidos do discurso jornalístico, deve-se partir da noção de que a estrutura do texto jornalístico vem “de fora”, ou seja, o texto jornalístico, na grande maioria das vezes, será de um movimento de forças que é exterior e anterior ao fato narrado, sobretudo nos jornais impressos¹⁰, como reforça Benetti e Lago (2008, p. 111):

O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A conjugação de forças que compõem o texto nem sempre é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista de discurso pode evidenciar esta origem.

Portanto, utilizar a AD como método teórico é possuir olhos atentos para ver além do que está transposto no texto, pelo que ele diz ou mostra; é observar o invisível, aquilo

⁹ A AD francesa tem como base os autores Foucault, Maingueneau, Pêcheux e Charaudeau. Algumas das variações neste modelo analítico são a Análise Crítica do Discurso (ACD), Semiologia dos Discursos Sociais, baseadas nas contribuições de Milton José Pinto, e a Análise do Discurso de perspectiva interdiscursiva, baseado no trabalho do argentino Eliseo Verón.

¹⁰ Vale pontuar que, com o advento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sobretudo a TV e mais recentemente com a Internet, a notícia passa a acompanhar o instante presente, passa a narrar os fatos no decorrer de suas ações, a espetacularizar a notícia e seus atores sociais, principalmente na tragédia e com a morte, como foi o caso Eloá Cristina e o caso Isabella Nardoni, amplamente divulgados pela mídia.

que não foi dito, percebendo, pois, o contexto social e histórico no qual emana a enunciação e no qual surge o estrondoso silêncio dos esquecidos.

Diante da profusão de concepções e métodos, aqui se leva em consideração a Análise do Discurso francesa (AD), nos pressupostos de Maingueneau (2008), que se aproxima da tradição anglo-americana, cujas análises “combinam a descrição de estrutura e funcionamento interno dos textos com uma tentativa de contextualização um pouco limitada” (PINTO, 2002, p. 21). Nesse sentido, o autor assume uma perspectiva que contempla o aspecto interacional da comunicação verbal, o que se traduz na proximidade do seu método em relação a pragmática, mesmo que segundo ele próprio, a AD não apresente uma totalidade de processos compartilhados pelos dois métodos (MAINGUENEAU, 1997, p. 32). A respeito dos pontos de convergência entre a AD e a pragmática, afirma que a última “põe em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação, etc.; aspectos que vão inteiramente ao encontro da AD” (MAINGUENEAU, 1997, loc. cit.)

Dentro das várias perspectivas teóricas, há conceitos e terminologias que são recorrentes, ora conservando sentidos e possibilidades de aplicação ora os alterando. Antes de se prosseguir na análise do suporte midiático escolhido, cabe destacar alguns conceitos, que são essenciais para que se compreendam os postulados teóricos de Dominique Maingueneau.

O enunciado é apresentado pelo autor com alguns conceitos difundidos entre os analistas de discurso e linguistas, alguns dos quais são aplicados às ferramentas de sua análise do discurso. Em relação a eles, podem-se destacar: 1) o enunciado é uma sequência verbal de qualquer extensão, que resulta de um processo também verbal de geração (enunciação); 2) o enunciado é uma sequência verbal que forma uma unidade de comunicação completa no âmbito de um gênero de discurso, como um jornal, um poema, uma lei (MAINGUENEAU, 2008, p. 56-57). É com base nesses conceitos que se irão considerar os enunciados cujas análises serão feitas.

Outro conceito, o discurso, é apresentado à luz de algumas características. Em primeira instância, ele pode ser tomado por um enunciado ou um conjunto de enunciado que obedecem algumas regras e possuem um *modus operandi* específico. Maingueneau (2008, p. 51-56) considera que o discurso: 1) está em um estatuto além da frase, submetido a modos de configuração diversos; 2) possui uma orientação, visando uma finalidade; 3) é uma forma de ação sobre o outro; 4) é interativo, marcando a troca verbal entre um

enunciador e um coenunciador (que no processo de recepção, colabora também na elaboração do enunciado); 5) é atrelado a um contexto; 6) é assumido por um sujeito; 7) está submetido a “leis” que o legitimam; 8) está relacionado a uma pluralidade de discursos inscritos.

Uma ressalva a se fazer é que, na presente análise, segue-se o postulado do autor segundo o qual a análise se dá em relação aos textos verbais, não considerando a dimensão “icônica” dos textos, como fotos, cores, diagramação, etc. Com base nesses conceitos, essenciais para análise do discurso proposta pelo autor, é possível realizar o percurso analítico para a apreensão dos processos presentes na mídia tomada como objeto. Deve-se entender que em AD, o ponto de partida são o enunciado e o discurso, nos quais e pelos quais todo o corpo teórico de conceitos opera e aos quais está indissociavelmente relacionado.

Polifonia nas capas do Polícia

A polifonia é um conceito formulado pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, inicialmente aplicada ao estudo da literatura, no entanto, contemporaneamente, tal concepção “vem sendo utilizada na linguística para analisar os enunciados nos quais várias ‘vozes’ são percebidas simultaneamente” (MAINGUENEAU, 2008, p. 138).

O discurso jornalístico, conforme afirma Benetti (2008, p. 115-116), é ideologicamente e fundamentalmente polifônico – por nele existirem diversas vozes, que vão do cidadão comum ao especialista em determinado assunto. Alguns exemplos podem ser claramente percebidos nas capas analisadas neste trabalho, como as vozes das fontes, do jornalista-indivíduo¹¹ e do jornalista-instituição¹². Neste sentido, o jornalismo é um constante campo de interações socioculturais realizadas com as fontes em um conjunto variado de ambientes (SANTOS, 1997, p. 169 *apud* BENETTI, 2008, p. 116).

Dados tais conceitos preliminares, pode-se observar nas manchetes principais da capa do jornal a presença de uma situação de enunciação predominante, composta de um enunciador daqueles fatos, “[...] aquele em relação ao qual se definem os parâmetros da situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 137) – o próprio jornalista –, “cujo

¹¹ Quando este assume a autoria do texto.

¹² Quando há ausência de assinatura do autor. No entanto, ainda que o enunciador seja o jornalista-instituição ainda se faz presente o jornalista-indivíduo, por mais que sua fala seja breve não se deve ignorar a sua importância, pois é ele quem tornará possível a presença de demais vozes e discursos dentro de um enunciado.

‘eu’ não aparece, como ocorre geralmente nesse gênero de texto” (Ibid., p. 138); um co-enunciador que seria o leitor do suplemento Polícia do periódico Diário do Pará e um momento de enunciação definido pela data de publicação do jornal.

Distinção de vozes na capa 1

Figura 1: Capa do caderno Polícia, do dia 04 de julho 2013.



Fonte: Diário do Pará

Na primeira capa (figura 1), os enunciados expressam a ocorrência de um homicídio, cuja crueldade é o que se busca destacar, quer pela expressão “Eliminado com 25 facadas, pauladas e um tiro” (DIÁRIO DO PARÁ, 04. jul. 2013, p. 1), quer pelo subtítulo em que são fornecidas mais informações sobre as circunstâncias do crime.

Em relação ao caráter polifônico dessa capa, é possível identificar a presença de algumas vozes que convergem simultaneamente para a afirmação do discurso inscrito. De acordo com Benetti (2008, p. 115-116), no jornalismo, as vozes que podem ser percebidas no discurso, englobam algumas categorias das instâncias envolvidas no fato e relato dele. Desse modo, “falam” nesse discurso as fontes, o “jornalista-instituição”, o “jornalista-indivíduo”, entre outras.

Especificamente nesses enunciados, é possível perceber a voz do veículo, que se responsabiliza pela enunciação da capa e que corresponde à instância do “jornalista-instituição”. O título e o subtítulo são expressamente de responsabilidade do veículo, que se refere ao fato, naquele gênero de discurso. Além dessa, também há a voz da fonte, representada por “polícia”, no subtítulo, a qual se atribui parte da informação contida no enunciado. Menos evidentemente, há as vozes de duas possibilidades dentro do “jornalista-indivíduo”, pois o próprio processo de construção da capa pressupõe a atividade do editor do veículo, que selecionou aqueles enunciados para referir-se ao fato e à matéria sobre ele, como do repórter responsável pela apuração do fato e produção da matéria.

A modalização do discurso segundo

Maingueneau (2008, p. 107, grifo do autor) afirma que “todo enunciado possui marcas de **modalidade**”, e que estas não se limitam ao modo verbal, sobretudo com o indicativo e o subjuntivo:

[...] o qual indica a atitude do enunciador face ao que diz, ou a relação que o enunciador estabelece com o co-enunciador por meio de seu ato de enunciação. O fato de todo enunciado ter um valor modal, de ser **modalizado** pelo enunciador, mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador, direta ou indiretamente, marcar sua presença por meio do que diz (Ibid., loc. cit., grifo do autor).

Tal presença pode se manifestar de várias maneiras em um enunciado, e pode promover, cada uma, marcas específicas. Dentro dessas modalizações existentes, há, na primeira capa, o uso evidente da “modalização em discurso segundo”¹³, “um modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado” (Ibid., p. 139). O que se pode verificar na utilização de “segundo a polícia” (DIÁRIO DO PARÁ, 04. jul. 2013, p. 1):

Foragido da Justiça pelo crime de homicídio, **segundo** a polícia, vítima foi morta e teve o cadáver trucidado. Corpo foi encontrado no Icuí-Guajará. Ainda não se sabe a motivação do assassinato, nem a identidade dos matadores (DIÁRIO DO PARÁ, 04. jul. 2013, p. 1, grifo nosso).

¹³ Segundo Maingueneau (2008, loc. cit.), o termo foi emprestado de J. Authier Revuz em *L'Information grammaticale*, nº 55, outubro de 1992, p. 39.

O jornalista (discurso citante), neste caso, apoia-se na fala da polícia (o discurso citado), justapondo dois acontecimento enunciativos: a enunciação citada, objeto da enunciação citante¹⁴. O enunciador, ao sustentar-se indiretamente em um outro discurso acrescido da marca de referência (uma conjunção subordinativa do tipo conformativa) em negrito que utiliza para comentar sua enunciação, ausenta-se de qualquer responsabilidade pelo ato de fala elaborado e afasta-se como ponto de referência enunciativa de sua ancoragem na situação de enunciação, tal dupla equivalência é constantemente questionada, como é o caso deste discurso relatado. Este, por sua vez, configura-se como uma “enunciação sobre outra enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 139).

Assim, o jornalista substancia sua asserção remetendo ao discurso de uma voz institucional (a polícia), apresentando seu enunciado como verídico e firmando tal proposição com o uso do recurso modal assinalado. Este pertence à “categoria mais vasta dos **modalizadores**, graças aos quais o enunciador pode, ao longo do seu discurso, *comentar sua própria fala*” (Ibid., loc. cit., grifo do autor). Além do mais, o pretérito dos verbos aponta que a afirmação se reporta a um instante precedente à enunciação.

Dessa maneira, seja por intermédio [...] da modalidade, a atividade enunciativa se mostra essencialmente **reflexiva**: ela fala do mundo apontando, de algum modo, com o dedo, para sua própria atividade de fala. Dizer “eu” significa ao mesmo tempo designar alguém e mostrar que esse alguém é precisamente aquele que profere o enunciado em que aparece esse “eu”. Da mesma forma, um verbo empregado no presente designa o próprio momento em que se produz o enunciado que contém esse presente (Ibid., p. 108, grifo do autor).

A presença do discurso indireto

Enquanto o discurso direto simula restituir as falas citadas e caracteriza-se pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação – a do discurso citado e a do discurso citante –, o discurso indireto dá uma infinidade de maneiras para o enunciador citante traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, e sim o conteúdo do pensamento.

¹⁴ Vale ressaltar que a nossa análise privilegia apenas as manchetes principais, ou seja, os enunciados, de ambas as capas do caderno Polícia do jornal Diário do Pará. Portanto, apesar de haver no mínimo três situações de enunciação: capa, relato e fato (no qual o jornalista, enunciador 1, não se coloca como o responsável por “Foragido da Justiça pelo crime de homicídio”, contudo, é o responsável pela enunciação 1 que ratifica ter existido uma enunciação 2), optamos por apenas abordar a primeira (a capa), porquanto a matéria em si não é o objeto de nossa análise, mas sim o excerto dela presente na capa do respectivo periódico.

Com base nesses conceitos, ao analisarmos a presente capa, encontramos apenas o discurso indireto, com a utilização do modalizador acima mencionado. O trecho “foragido da justiça pelo crime de homicídio, **segundo a polícia**, a vítima teve o cadáver trucidado” (DIÁRIO DO PARÁ, 04. jul. 2013, p. 1, grifo nosso) é o exemplo de discurso indireto, pois não houve a transcrição exata da fala do discurso citado (polícia). Neste caso, o discurso citante apenas utilizou as informações do discurso citado.

Distinção de vozes na capa II

Figura 2: Capa do caderno Polícia, do dia 04 de agosto de 2013.



Fonte: Diário do Pará

Na segunda capa (figura 2), os enunciados expressam a existência de normas a serem seguidas por entre os “bandidos”, na linguagem do veículo, as quais se referem por meio de “pode” e “não pode” entre aspas, e por “lei”; normas essas que serão esclarecidas nas matérias que estão no interior do caderno. Também é expressa a ideia de que o descumprimento de tais “regras” é passível de punição.

Novamente a distinção proposta por Benetti se faz útil. Contudo, um novo elemento insere-se no enunciado. O título e subtítulo são acompanhados de um pequeno texto que está abaixo da fotografia, que simula um excerto de uma suposta lei. Vêm junto com ele, as

ideias de permissão, interdição e punição. Essas ideias estão vinculadas a uma voz que é atribuída, dados os enunciados da capa, à categoria genérica de “bandidos”, “criminosos”, que é responsável, hipoteticamente, pela regulação das ações permitidas e puníveis a serem realizadas pelos componentes da categoria.

Aas outras vozes são as mesmas que se encontram na capa anterior. A saber: o “jornalista-instituição”, ou seja, o veículo, que se responsabiliza pelos enunciados, mormente o título e subtítulo, e que assinala a intercalação de sua voz com a mencionada no parágrafo acima. Além delas, também o “jornalista-indivíduo” está presente, conquanto a sua fala seja subjacente à assumida pelo veículo.

A modalização autonímica com aspas

O emprego da aspa na modalização autonímica é mais discreta e mais frequente. Elas, “[...] sem romper a ordem da sintaxe, enquadram tipograficamente os elementos sobre os quais recaem” (Ibid., p. 160). Na segunda capa do Polícia (figura 2), visualiza-se o uso de aspas em três momentos: no título, na legenda aquém dele e inferior à imagem dos olhos. Neste ponto focalizaremos as aspas enquanto recurso gráfico utilizado na legenda da manchete, em decorrência da limitação de páginas e por dois outros exemplos serem explorados adiante.

Maingueneau (2008, p. 160-161) vai dizer que a colocação das aspas em uma unidade atrai a atenção e incumbe ao co-enunciador a tarefa de entender o motivo pelo qual ocorre a “transferência da responsabilidade de seu emprego a outra pessoa” (Ibid., 161). Ademais, abre espaço, dentro do próprio discurso do enunciador, para a interpretação do seu leitor, o que Authier-Revuz (1995, p. 136 *apud* MAINGUENEAU, 2008, p. 160-161) denomina, em sua obra dedicada à modalização autonímica, de “[...] *lacuna*, de vazio a ser preenchido interpretativamente”, como é o caso da legenda da manchete principal da segunda capa do caderno 'Polícia' (figura 2):

O DIÁRIO mergulhou nas profundezas do submundo e traz a você um retrato perturbador do que “**pode**” e o que “**não pode**” em um lugar onde as leis convencionais não se atrevem a alcançar (DIÁRIO DO PARÁ, 04. ago. 2013, p. 1, grifo nosso).

A modalização autonímica possui classificações específicas quanto aos comentários do enunciador sobre sua própria enunciação. Neste enunciado específico, encontra-se perceptível a categoria denominada por Authier-Revuz (*apud* MAINGUENEAU, 2008, p.

159) como “não-coincidência do discurso consigo mesmo”, ocorrendo “quando o enunciador alude a um outro discurso dentro de seu próprio discurso” (Ibid., loc. cit.).

Essa aparição, todavia, ocorre de maneira diferenciada por conta do uso das aspas no enunciado, permitindo que estas possam adquirir significados diversos relacionados a um dos quatro tipos de modalizações autonômicas existentes. Neste caso, tal relação é mantida com a categoria mencionada anteriormente, no qual o enunciador deixa marcas ou rastros de referências discursivas dentro do seu próprio discurso, como é o caso dos elementos grifados que tangem para o “discurso da bandidagem”, das “leis do bandido”¹⁵.

Tal colocação de aspas só se faz inteligível pelo leitor porque há uma relação entre quem escreve e quem lê para que se compreenda as ações que implicam na permissão e a interdição de agir ou não de acordo com o que seria postulado pelo “discurso da bandidagem”. O co-enunciador deve entender as implicações do “poder” e do “não poder” com base nesta relação e neste discurso.

Para que isso ocorra, este decifrar adequado das aspas, é preciso uma convivência¹⁶ (ou até mesmo uma convivência, aqui empregada no sentido de aproximação, sociocultural) mínima entre o enunciador e o leitor, como pondera Maingueneau (2008, p. 163):

Cada interpretação bem-sucedida reforçará esse sentimento de convivência. O enunciador que faz uso das aspas, conscientemente ou não, deve construir para si uma determinada representação do seus leitores, para antecipar sua capacidade de interpretação [...]. Por seu lado, o leitor deve construir uma determinada representação do universo ideológico do enunciador para conseguir ter sucesso na interpretação pretendida. (Ibid., loc. cit.)

Portanto, o emprego deste recurso gráfico indica que essas realidades, pertinentes no discurso da violência, pertencem ao universo contextual dos leitores do jornal. Percebe-se então uma orientação do discurso, pressupõem-se a existência de um leitor-modelo, para quem tais realidades são familiares. Agindo assim, define-se indiretamente o público do jornal Diário do Pará, para quem as matérias são direcionadas: a população das periferias da Grande Belém, nas quais a violência é convivida frequentemente e com maior intensidade, nesses locais do espaço urbano de “invisibilidade” em que o poder público luta para reconquistar. É interessante perceber que o jornal cria uma representação do

¹⁵ Mais adiante, iremos analisar as implicações políticas por trás desse discurso.

¹⁶ Para o leitor que deseja descobrir a razão do uso das aspas e interpretá-las de acordo com o pensamento do autor, faz-se necessário considerar o contexto e, especialmente, o gênero de discurso, conforme aponta Maingueneau (2008, p. 162).

público a partir das posições sociais e dos capitais simbólicos acumulados, colocando em evidência a visão que o jornal tem dos seus leitores, especialmente os do Polícia, mostrando a visão marginalizada que a periferia passa a ter. Contudo, o significado real das aspas sobrepõe-se à sua interpretação: “o texto libera possibilidades de interpretação que o autor não pode prever ao fazer uso delas” (Ibid. p. 164).

A alusão e a captação de gêneros de discurso

A alusão, “que consiste em deixar entrever, atrás de um enunciado, outros enunciados ou fragmentos de enunciados célebres” (MAINGUENEAU, 2008, p. 172), está presente nesta capa (figura 2) por meio da alusão ao provérbio “olho por olho, dente por dente” (DIÁRIO DO PARÁ, 04. ago. 2013, p. 1, grifo nosso), também lembrado na imagem dos olhos que acompanha a segunda capa (figura 2).

Provérbio, de acordo com Maingueneau (2008, p. 171, 172), configura-se “quando o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inumeráveis enunciações anteriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio”. Porém, a referência aqui é apenas alusiva a um fragmento do provérbio, cujo sentido não é interpelado por completa, mas que funciona no contexto da manchete. De modo que somente o “olho por olho” é capaz de evocar o que no provérbio é o sentido da “vingança”, do “acerto de contas”, em consonância com a imagem dos olhos da capa (figura 2).

Outro processo que encontramos nesta capa (figura 2) é a captação do gênero de discurso “lei”, referido-se a “legislação” – que faz parte do discurso jurídico. “Captar um texto significa imitá-lo, tomando a mesma direção que ele” (MAINGUENEAU, 2008, p. 173). A captação é apresentada na capa por meio da construção de um enunciado que condensa as idéias de interdição, de punição e de permissão, conforme é possível ver na figura 2. A captação fica mais evidente com as expressões “parágrafo único” e “desobedecer”.

PARÁGRAFO ÚNICO: Desobedecer a “lei do silêncio”, ou seja, contar o que viu ou ouviu, sobretudo quando há caso de homicídio, pode significar sua morte (DIÁRIO DO PARÁ, 04. ago. 2013, p. 1).

É preciso perceber que a narrativa do discurso midiático não é aleatório, mas direcionada, sobretudo neste caso. Nesta capa (figura 2), podemos identificar as intenções motivadoras na produção de efeitos sobre os leitores a partir do discurso midiático do

jornal que corroboram com a hipótese de que o principal objetivo por trás dessa capa é o interesse político do jornal, dando sustentação ao posicionamento de rivalidade em relação à atual gestão. A escolha do título “Lei do bandido” retrata a crítica implícita à falta de comando e de gestão do atual partido no governo (PSDB) no que tange a segurança pública, bem como cria uma imagem de governo negligente e sem condições de conter a violência no estado. Evidencia-se um governo que perde espaços para a violência e que não consegue aplicar as leis cívicas em lugares nos quais “as leis convencionais não se atrevem a entrar” (DIÁRIO DO PARÁ, 04. ago. 2013, p. 1) e nos quais a “lei do silêncio” (parágrafo único da “lei do bandido”) impera, dando maior força para perpetuar a ideia do Pará enquanto sinônimo de violência e de descaso social perante a opinião pública.

Considerações finais: jornalismo fora de foco

Após essa exposição, é possível constatar que a polifonia possui constituições diferentes nas capas do caderno Polícia, ora assinalando mais diretamente o responsável pela fala do discurso relatado, ora mantendo-o mais subjacente. A polifonia, como recurso indispensável para a produção jornalística, também o é para a produção de matérias “policiais”. No jornal Diário do Pará, a voz do enunciador, a qual a responsabilidade primeira do discurso é atribuída, reúne e tange-se com outras vozes mais, que conferem o caráter de “credível” e “verossímil” ao discurso da violência inscrito nas capas do Polícia, evocando e reproduzindo falas de envolvidos em contextos similares aos referidos ou falas hipotéticas, que seriam possíveis em dados contexto.

Essa intersecção de vozes põe em evidência parte dos processos de enunciação e de produção de discursos realizados por esse jornal impresso. Percebe-se que a linha editorial do periódico leva à conclusão de que os interesses dos seus proprietários são a prioridade absoluta. Esses interesses, logo, estão distantes do conceito de informação e comunicação como um bem social e o interesse público, ao qual todos poderiam acessar, sem discriminações (VELOSO, 2008). Nesse sentido, quem sai perdendo entre a disputa de interesses políticos é o jornalismo, que se fragiliza enquanto instituição social que deveria estar aberto para o diálogo, enquanto espaço público, com a sociedade a respeito do desafio da violência, mas que restringe o discurso da diversidade de ideias e opiniões e o molda para seus interesses particulares e de cunho inoportuno e oportunista para moldar a opinião pública.

Não faz sentido, porém, esperar que a grande imprensa se proponha a debater, a fundo, os problemas da região. Porque o debate aberto, franco, aprofundado, levaria, naturalmente, à exposição de mazelas que a indústria midiática necessita ocultar em nome da ânsia de lucro (VELOSO, 2008).

Há, portanto, um desrespeito e afastamento com o leitor e com o compromisso do “fazer jornalístico” de objetividade e imparcialidade. O interesse social é posto em segundo plano em detrimento do interesse político e econômico da empresa, fazendo com que a sociedade seja a vítima dos conflitos travados entre o interesses públicos e privados. Seria pretensão tirar conclusões a partir das tão breves considerações apontadas neste estudo inicial, por se tratar de um estudo de caso, mas é possível apenas fazer algumas assertivas pontuais sobre os processos detectados nessas capas específicas. Uma análise mais refinada e na qual se pudessem identificar as regularidades nas estratégias enunciativas do veículo, poderia ser feita com um *corpus* mais abrangente, em que pudessem ser acionados mais recursos polifônicos e encontrar padrões de discurso do que os encontrados na presente análise. Esta pesquisa lança luz para estudos que procurem responder mais amplamente tais questionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Israel Martins; ALVES, Vitória Mendes; COSTA, Alda Cristina. *O jornalismo fora de foco: reflexões das narrativas do jornal Diário do Pará*. In: Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, Belém, 2014. Disponível em: <http://zip.net/btq4qr>. Acesso em: 9 abr. 2015.

BATALHA, Natascha R. *O fascínio dos cadernos de polícia*. Belém, PA: UNAMA, 2006. Originalmente apresentado como monografia, Universidade da Amazônia.

BENETTI, Márcia. *Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIÁRIO DO PARÁ. 04. jul. 2013, nº 10. 583, XXX, p. 1. Caderno Polícia.

DIÁRIO DO PARÁ. 04. ago. 2013, nº 10. 614, XXX, p. 1. Caderno Polícia.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; LAGO, Cláudia (Orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. *Jornal como empresa e política como negócio: um perfil do patronato de mídia no Pará*. In: VI SBPJOR, 2005. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://zip.net/bnq3YF>. Acesso em: 09 abr. 2015.

PINTO, José Milton. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.